

36° Encontro Anual da ANPOCS

GT 25 – Partidos e Sistemas Partidários

O Paraná não é o ABC – desafios e peculiaridades da organização do PT no estado

Autora: Carla Simara Ayres (UFSCar)

1. INTRODUÇÃO¹

Os estudos acerca dos partidos políticos, sistemas partidários e sistemas de governo compõem um dos campos mais fartos da Ciência Política e chamam a atenção dos pesquisadores pelo menos desde o início do século. Dentre os múltiplos enfoques que podemos encontrar nesta vasta gama de investigações, damos destaque aqui àquelas que buscam identificar padrões na forma de como se organizam os partidos políticos, passando primeiro por um exercício de determinar o que são em específico tais organizações, como se estruturam, quem as compõe e quais as funções visam desempenhar.

A literatura aponta para o fato que, em verdade, os autores que objetivaram criar modelos genéricos² para o tema foram poucos, porém os estudos posteriores que intentaram aplicar tais modelos visando compreender a formação, desenvolvimento e atuação de diferentes partidos e sistemas partidários em diferentes partes do mundo, compõem sem dúvida alguma, um número muito grande.

Como já alertara, por exemplo, Duverger (1951) tanto o surgimento dos partidos, como os interesses em estudá-los estão vinculados a um tipo específico de democracia, qual seja, a democracia representativa.

No Brasil, as investigações não fogem muito a esta tendência e tiveram maior fôlego, em particular, no final dos anos 70 após o restabelecimento do multipartidarismo e da abertura democrática concretizada definitivamente em meados dos anos 80. A partir disso os pesquisadores se dispuseram a analisar tanto o sistema partidário que se instalava³ como também analisar traços de alguma continuidade, ou mero comparativo dos sistemas anteriores.

Como afirma Rachel Meneguello (1998), a importância dos partidos brasileiros no pós-85 se dá por desempenharem o papel de “*elo*” entre governos e as demandas emanadas da sociedade civil. Cumprem, pois, as funções de representação – por serem articuladores de demandas – e também governativa – já que são os principais integrantes das

¹ Este artigo é derivado da Pesquisa de Mestrado “A experiência do poder: uma análise dos valores políticos entre os dirigentes petistas no estado do Paraná”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos-SP, desenvolvida pela autora sob orientação do Prof. Dr. Pedro Floriano Ribeiro e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Ostrogorski (1902), Michels (1911), Duverger (1951), Sartori (1976).

³ Ver: Cardoso e Lamounier (orgs.) (1975), Lamounier (org.) (1980) e Kinzo (1988), por exemplo.

composições do governo democrático (Idem, p. 27-28). E como já definira Sartori (1980) “são [os partidos] um instrumento ou uma agência, de *representação* do povo, *expressando* suas reivindicações. Ao se desenvolverem, os partidos, não o fizeram (...) para transmitir ao povo os desejos das autoridades, mas antes para transmitir às autoridades os desejos do povo” (idem, p. 48) – [grifos do autor]

No bojo destas investigações e do novo sistema partidário que se via estabelecer no país, o surgimento de um partido em particular despertou a atenção dos estudiosos. Tratava-se do Partido dos Trabalhadores. Em meio às agitações sociais de insatisfação com o Regime Militar, o PT apresentava-se não somente como aquele “*elo*” que objetivava vincular as demandas advindas da sociedade, em especial dos setores oprimidos, com o Estado que se buscava construir; mas também tinha como elemento de seus anseios e discursos, atributos de transformação social.

Os 32 anos que seguiram sua fundação o transformaram na legenda mais estudada no país, e despertou também a atenção de pesquisadores internacionais⁴. No entanto, como afirma Ribeiro (2009), ainda que os enfoques e estudos sejam praticamente incontáveis e muitíssimo variados – desempenho eleitoral, atuação parlamentar, experiências de governo – e “embora a estrutura interna do PT seja mais conhecida que as dos demais partidos brasileiros, esta continua sendo uma área negligenciada nessa bibliografia”. Os primeiros estudos⁵ que identificaram a “novidade” do partido ainda são referências obrigatórias, e depois destas poucos estudos com viés organizativo se seguiram⁶.

Além disso, como pode ser percebido pelas discussões travadas até aqui, o que chama atenção é o fato de que na maioria dos estudos sobre o PT a experiência vivida no ABC paulista no momento de sua fundação parece ter engessado o olhar dos pesquisadores sobre o partido. Não queremos negar a importância daqueles eventos. É evidente que a luta pelo restabelecimento do Estado democrático de direito e a oposição ao Regime Militar foi o terreno que fez emergir de diversos setores da sociedade movimentos que buscavam melhorias e soluções de problemas que afetavam diretamente a vida da população, sendo que os eventos protagonizados no ABC tiveram grande importância. No entanto, não se pode negar que outras especificidades marcaram o nascimento do PT e seu enraizamento

⁴ Ver: Keck (1991), Samuels (2004, 2008a, 2008b), Hunter (2010), Samuels e Zucco (2010).

⁵ Meneguello (1989) e Keck op. cit.

⁶ Destaque para Ribeiro (2008), Amaral (2010).

nas diferentes regiões e estados do país. Neste sentido, poucos também são os estudos que levam este fator em consideração⁷, ou como ponto de partida ao abordarem o partido.

O objetivo principal deste paper é, portanto, traçar em linhas gerais os aspectos que se destacam como peculiares na formação do Partido dos Trabalhadores no estado do Paraná. A motivação para este estudo, em específico, parte basicamente de três fundamentos. O primeiro deles é a escassez de estudos que levem em conta o contexto regional para a construção do PT; o segundo, pelo fato de que neste estado são raríssimos os trabalhos que tratem do partido, qual quer que seja o enfoque; e por fim, pelo fato de o PT, que em menos de três décadas de vida trilhou uma rica história rumo à institucionalização vertida ao sucesso eleitoral, parece ter podido contar muito pouco com os números eleitorais vindos daquela unidade federativa.

Deste modo, partindo do modelo analítico de institucionalização partidária de Panebianco, o que se defende é que as condições específicas sob as quais o PT-PR se desenvolveu lhe confere características próprias frente ao Partido dos Trabalhadores de modo geral, em particular em relação à experiência mais publicizada e comumente reconhecida como a do ABCD.

Vale ressaltar que o modelo de A. Panebianco não será utilizado aqui em sua totalidade, nem serão levados em consideração todos os elementos analíticos descritos pelo autor. Destacamos apenas os principais elementos que nos auxiliam a compreender minimamente a composição do PT naquela localidade a fim de subsidiar o estudo mais amplo ao qual este trabalho se insere, que objetiva na verdade verter atenção sobre a Cultura Política dos dirigentes do partido no Paraná.

2. O PARANÁ NÃO É O ABC: *contexto, origens e fundação*

Ainda que as agitações que se iniciaram no ABC paulista tenham sido primordiais para a fundação do PT, devemos levar em consideração que aquelas experiências não resumem nem podem ser apreendidas como únicas e exclusivas para formação do partido em caráter nacional.

⁷ Petit (1996), Braga (1997), Borges (1998)

Ousamos afirmar que para entender a história do PT é preciso levar em consideração uma dupla heterogeneidade. A primeira, anunciada desde os seus primórdios – da convergência de diferentes grupos para sua formação. E uma segunda, muito pouco explorada como dissemos, que diz respeito à heterogeneidade regional e os diferentes contextos de formação e atuação do partido nos diferentes estados do Brasil.

Como bem afirmara Panebianco (1995), “toda organización está implicada en una multiplicidad de relaciones com su entorno” de modo que, segundo o autor os fatores ambientais determinam em grande medida o desenvolvimento dos partidos políticos. E, ainda que – e por isso mesmo – “el derrallo organizativo de los partidos se halla constantemente condicionado por los contínuos câmbios ambientales” (idem, p. 58) os fatores e escolhas que lhes dão origem tendem a influenciar fortemente o processo de institucionalização partidária.

Num sentido bem semelhante a este, autores como Hopkin (2003; 2009), Hopkin e Van Houten (2009), Thorlakson (2009) também afirmam que as características federativas podem influenciar o desenvolvimento dos partidos políticos, assim como a estruturação dos sistemas partidários. Neste caso, seria válido analisar os partidos políticos em seus diferentes níveis – nacional e regionais – considerando o grau de autonomia destes em relação à aquele, assim como a multiplicidade de fatores que tendem a influenciar as variações organizacionais, particularidades nas disputa eleitoral e composição de governo que podem se apresentar.

Tentaremos assim, a partir destes pressupostos, analisar a trajetória de institucionalização do Partido dos Trabalhadores no Paraná.

2.1. A economia paranaense e as transformações sociais: contexto de formação

O contexto econômico, social e político ao qual o Brasil chegava ao final dos anos 70 era o resultado de anos sob um regime ditatorial, que apesar de uma relativa expansão econômica e desenvolvimentista, pouco trouxe de avanço rumo à igualdade e ao bem-estar social. Muito pelo contrário. Se no campo econômico vimos o rápido e crescente desenvolvimento industrial e o inchaço das cidades, este mesmo processo gerou no campo

social a precarização da vida urbana e das condições de trabalho. Este quadro contraditório foi, portanto, fator primordial para que as agitações e reivindicações contra o Regime Político ganhassem força.

Mas se este surto desenvolvimentista gerou conseqüências que afetaram diretamente a vida do trabalhador urbano, como foi em particular o caso de São Paulo – berço da industrialização nacional – os reflexos deste processo que levou o Brasil ao “milagre econômico” não foram os mesmos em todas as regiões do país.

É este o caso do Paraná.

Isto porque, o desenvolvimento das demais regiões, que não o Sudeste, passou a se dar a partir de atividades complementares à da indústria. Desde meados dos anos 30 e 40, por exemplo, quando a cafeicultura começa perder força em São Paulo, o Paraná desponta como o maior produtor de café do Brasil. Sendo que toda diversificação econômica na região se deu em função do café. Inclusive a indústria em meados dos anos 60, como descreve Trintin (2011)

“Nos anos 60 o setor industrial era fortemente vinculado à transformação de produtos agrícolas, notadamente ao beneficiamento de café, cereais e afins, que respondia por quase 80% do valor adicionado do gênero, e da madeira, em que o segmento desdobramento da madeira contribuía com cerca de 90% do valor adicionado. Em conjunto estes gêneros contribuía com bem mais de 60% da renda gerada pelo setor industrial paranaense. No setor agrícola, a atividade cafeeira se destacava, uma vez que respondia por 58% do valor da produção agrícola estadual em 1960”

Apesar do esforço do governo do estado em buscar saídas para um desenvolvimento autônomo da indústria no estado, o ritmo ao qual o desenvolvimento industrial – sediado em São Paulo – impunha ao país, não deu margem para que tal objetivo tivesse êxito (Padis, 1981; Cano, 1998; Trintin, 2011). Mais uma vez, restou ao estado a função de gerar atividades econômicas complementares ao desenvolvimento nacional, como a produção agropecuária, alimentícia e posteriormente sediar a construção daquela que viria a ser a maior fonte energética do país, a usina de Itaipu.

Tal estratégia encontrou êxito, sobretudo com a implementação de técnicas de modernização da agricultura estimulado pelo Plano nacional de Desenvolvimento.

“Um dos marcos dessa política foi a montagem da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), com o objetivo de financiar o desenvolvimento industrial, notadamente no tocante à infra-estrutura básica do Estado, condição essa que possibilitou, além do escoamento da produção agrícola estadual, potencializar o poder de atratividade da economia quanto ao

recebimento de investimentos industriais nos anos 70, pois passou a contar com maior oferta de energia elétrica, construção e ampliação de rodovias e ferrovias, adequação do porto de Paranaguá, modernização das telecomunicações, entre outras medidas importantes” (Trintin, 2011, p. 8).

Este processo, porém, trouxe conseqüências impactantes na estrutura social que caracterizava o estado até então. Se, a atividade cafeeira já tivera destituído boa parte das pequenas propriedades do norte do estado – principalmente pela proximidade com São Paulo – a modernização da lavoura passou a gerar nas distintas regiões do estado um forte processo de êxodo rural. Deste modo, o Paraná foi palco de intensas e históricas lutas pela terra, não só no norte pioneiro, como também na região oeste e sudoeste onde se concentrou durante muito tempo fortes atividades vinculadas à agricultura familiar.

Na outra ponta deste processo, o que se assistia era o movimento de migração destas famílias para as médias e grandes cidades, assim como para a capital. O que, devido ao acelerado ritmo da urbanização, gerava inevitavelmente condições precárias de moradia nestas cidades. Como afirma Magalhães Filho (1993, p. 95), nos anos 80 o Paraná passa a ser predominantemente urbano e “dos 6,9 milhões de habitantes em 1970, 4,4 milhões viviam no campo; em 1980, esse número reduz-se para 3,1 milhões numa população de 7,6 milhões”.

Deste modo, ao contrário do “núcleo autêntico” que deu início ao Partido dos Trabalhadores a partir das experiências do ABC paulista, o grupo de sindicalistas no Paraná não se constituía predominantemente de trabalhadores do setor industrial. Isto por que, a historiografia econômica do estado nos mostra o quão tardio foi seu processo de industrialização que em virtude da força da economia cafeeira até meados dos anos 60, não se desenvolveu a não ser com o objetivo mal sucedido de dinamização econômica, tendo como setores principais a indústria alimentícia e química (Trintin, 2011).

2.2. A composição do partido⁸

Ainda que os reflexos do contexto sejam diferentes, e isto irá influenciar a composição do PT-PR como pretendemos demonstrar, um aspecto une os laços dos diferentes setores sociais ao que viria se tornar o Partido dos Trabalhadores. Apesar do seu “rótulo” a maior certeza que se tinha naquele momento era a seguinte: a necessidade de se criar um partido que, antes de qualquer coisa, fizesse oposição e lutasse contra a opressão do Regime Militar.

É por isso que, enquanto no ABC paulista esta opressão recaía mais fortemente sobre os “trabalhadores” – em particular os metalúrgicos das empresas automobilísticas que compunham o “novo sindicalismo” – no Paraná, os sindicalizados eram provenientes de outros setores, como trabalhadores da construção civil e rurais devido à questão fundiária já mencionada.

Esta peculiaridade do setor sindical parece constituir a maior especificidade nos grupos que formaram o PT-PR, em relação aos seus “pais fundadores paulistas”. Além destes, destacaram-se também profissionais liberais e estudantes ligados a algum movimento da esquerda, como a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), à POLOP- Política Operária e até mesmo ao MEP – Movimento e Emancipação do Proletariado. Grupos estes que também tiveram destaque, por exemplo, na formação do PT no Rio de Janeiro, estado que além das agremiações de esquerda teve como atores sindicalizados protagonistas na construção do partido provenientes de “profissionais da classe média, entre os quais destacam-se os setores extremamente afetados com a recessão econômica, como os professores, os médicos, os funcionários públicos civis e os bancários” (Braga, 1997, p. 23).

Ainda no Paraná assim como também se fizeram presente representantes da Igreja Católica, viu-se também agregarem-se ao ao partido movimentos populares de colonos, por moradia e de bairros. Estes últimos por sua vez não se dissociam de um contexto mais

⁸ Roberto Elias Salomão foi o organizador de um dos poucos trabalhos – ainda que não acadêmico – sobre os anos de formação no PT-PR. Em “Os anos heróicos: o Partido dos Trabalhadores do Paraná – do nascimento até 1990” o militante busca recompor os aspectos principais do partido neste período. A maior parte das informações sobre o PT-PR, a partir deste tópico, constam deste livro.

amplo, já que o processo de precarização e favelização das médias e grandes cidades do Paraná esteve intimamente ligado ao êxodo rural e à luta pela terra naquele estado.

O campesinato e a influência dos trabalhadores do campo possui peso considerável dentre os grupos que formaram o PT-PR, uma vez que sua atuação de luta contra a exploração é anterior até mesmo ao surgimento do movimento sindical no ABC, como destaca Pedro Tonelli (1995) ao expressar que “en Paraná, una región con muchos productores pequeños, la lucha en el campo se intensificó a partir del 68, 69. Vinieron los problemas de las represas, la lucha por una política grícola. Esa fue la idea básica que motivó a los trabajadores, y a partir de ahí sintieron la necesidad de organizarse para disputar el poder político” (in Harnecker, 1995, p. 182).

Esta característica da participação campesina, no entanto, se fez presente em outras localidades em que a luta pela terra, o êxodo rural e a própria degradação ambiental marcaram parte da exploração aos trabalhadores do campo, como por exemplo Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pará (Harnecker, 1995).

Por outro lado, no Maranhão, Borges (2009) chama a atenção para a ausência do protagonismo do grupo ligado à terra na formação do PT, destacando no entanto a Pastoral da Juventude e o Movimento Estudantil como setores importantes à construção do PT naquele estado. Braga (1997) também elenca dentre os vários grupos originários do PT-RJ o papel dos estudantes, sobretudo ligados à Igreja Católica, como a juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC).

Quanto a isto, vale ressaltar por fim, que os estudantes tiveram papel de grande importância na formação do PT-PR e que o Movimento Estudantil estava em franco processo de renascimento não só na capital Curitiba, como também nas outras duas maiores cidades do estado com universidades públicas estaduais – Londrina e Maringá. E não só estudantes universitários, mas também se via a reabilitação da UPES – União Paranaense de Estudantes Secundaristas. Uniam-se a eles, ainda, o movimento dos professores públicos estaduais.

3. Os constrangimentos ambientais no processo de legalização e organização do PT-PR

Quando Panebianco (id) afirma que o desenvolvimento dos partidos depende do ambiente sob o qual ele se forma⁹, o autor é bem claro ao destacar que este “ambiente” diz respeito tanto ao que se refere às características externas como também internas da agremiação. Sendo assim, se as características sociais, políticas e econômicas do estado levaram grupos específicos a intentarem a formação do PT-PR, as características institucionais de que o país dispunha no momento, levaria a história do partido a mais um dilema: o da legalização.

A Reforma Política Partidária de 20 de dezembro de 1979 (Lei nº 6.767) que revogou a Lei Orgânica dos Partidos (LOPP – Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971) e trouxe consigo certa flexibilização para formação de novos partidos foi a porta de entrada para que o Partido dos Trabalhadores pudesse se legalizar. Ainda assim, mesmo que o anseio para tal construção fosse muito grande, o desafio para se formar o novo partido não ficava atrás.

De acordo com as novas regras, para que o PT pudesse se constituir no Paraná de modo que ele estivesse apto disputar as eleições já em 1982, era preciso que o partido contasse com a legalização em pelo menos 20% dos municípios do estado – o que correspondia a 59 deles, com número específico de filiados para cada um de acordo com o número de eleitor.

A primeira divergência que se colocou no interior do grupo de fundadores não se deu exclusivamente no Paraná. Tratava-se do dilema da inserção institucional. Controvérsia que de certo modo persegue a história do partido até hoje. Porém, uma vez tomada tal decisão lá nos primórdios, as conseqüências são meros condicionantes de tal escolha, e o “*poderia ser*” apenas um fantasma que assombra dirigentes e militantes gerando ainda especulações dentre a comunidade científica.

Este dilema, por sua vez gerava um duplo estágio de tensão. O primeiro deles, interno, diz respeito à disputa ideológica entre os grupos que compunham o partido e que

⁹ Ver também Epstein (1982) que afirma a influencia das circunstâncias na formulação e origem dos partidos políticos.

no Paraná foi travada mais acirradamente entre os simpatizantes marxistas – que viriam a se ligar futuramente à Ação Popular Marxista-Leninista (AMPL) – e integrantes da POLOP-Política Operária, para os quais a institucionalização não deveria deflagrar instantaneamente na construção de um partido com finalidades eleitorais.

No entanto, com o apoio de outras forças como os estudantes ligados à Liberdade e Luta (Libelu), os integrantes do MEP, do Partido Revolucionário Comunista – PRC, além das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, e seguindo também a tendência que se apresentava pelo grupo paulista, o PT-PR optou pela disputa eleitoral.

Fato este que, no entanto, não se mostrava como uma “opção” em sim uma vez que considerado o PT como um partido nacional, certas escolhas (ou estratégias) se tronam inerentes. Tanto é que ainda no ano de 1979, portanto antes da fundação oficial do partido, a Comissão Nacional Provisória assinou a “Carta de Princípios” do PT, que destacava aspectos como o da “*participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação*”, com o objetivo de “*estimular e aprofundar a organização das massas*” para “*apoderar-se do poder*”, “*com vistas a uma primordial democracia direta*”.

Desde o princípio, portanto, a ascensão ao poder e ao Estado sempre esteve no horizonte do partido, de modo que sua criação foi a consolidação de “um projeto específico, que não encontrava no quadro partidário vigente representação adequada”, passando a oferecer “conteúdo programático às reivindicações que surgiam na sociedade civil” (Feltran, 2006, p. 371-372).

Porém não se deixou de formar uma segunda tensão. Qual seja, a do partido com o ambiente externo que congrega em certa medida dois aspectos, como poderá ser observado mais adiante: o primeiro deles como um desafio em se cumprir as exigências legais de filiação; e um segundo, em resposta a certa competição pelo cenário eleitoral que se estabelecia entre PMDB, PDT e PTB.

Ainda que a partir da decisão em se formar o PT houve uma forte movimentação para se construir as bases do partido¹⁰, os militantes já mobilizados não garantiam os números exigidos pela legislação.

¹⁰Acerca dos encontros que objetivaram fincar as bases do PT no Paraná, apresenta-se: A primeira reunião de formação em 1º de novembro de 1979, que contou com 29 militantes; em 2 de fevereiro de 1980 a Plenária dos Núcleos pró-PT de Curitiba; o 1º Encontro Estadual do PT em 24 de fevereiro de 1980, assim como o 2º Encontro já em março do mesmo ano; destaca-se também o 1º Encontro do PT do Interior do

Os militantes que compunham a primeira Comissão Executiva Regional Provisória¹¹, distribuíram-se então nas diferentes regiões do estado com a função de se conseguir filiados até o prazo final para a legalização. Foi então que, entre os dias 14 de fevereiro e 15 de junho de 1981 a meta de se criar as 59 Comissões Municipais Provisórias – CMPs se cumpriu, e tão logo estas se formavam, processo de filiação se iniciava, o que significava como descreve Salomão (2010, p. 54),

“ir de casa em casa, muitas vezes sem qualquer contato prévio, para apresentar a proposta do PT. Nem sempre os moradores entendiam muito bem o propósito dessas visitas, mas muitas vezes assentiam em assinar a ficha de filiação. Daí, pode-se concluir que boa parte dos filiados que garantiram a legalização do PT não sabiam exatamente o que significava entrar num partido político”

Deste modo, se as tensões internas eram latentes, o terreno externo se apresentava nada mais que movediço e incerto, ficando a cargo do pleito do ano seguinte a resposta para os rumos tomados até o momento e o parâmetro para novas ações.

Ainda que Panebianco afirme que o desenvolvimento dos partidos contemple três fases principais – gênese, institucionalização e maturidade – é empiricamente muitíssimo complicado delimitar cronologicamente os limites temporais de cada uma delas. O próprio autor alerta que “las organizaciones no se institucionalizam todas del mismo modo, com La misma intensidad” (Idem, p. 117). Sendo este o período pelo qual o partido define metas e finalidades, e incorpora valores que guiarão sua atuação, trata-se a partir de então de despender esforços para que a organização sobreviva e persiga tais fins.

No caso do PT, uma vez definido que para se lutar pelos interesses dos setores oprimidos e marginalizados da sociedade a melhor saída seria a disputa eleitoral, coube então ao partido perseguir o objetivo de maximizar votos a cada pleito, ou nas palavras de Braga (2009), iniciou-se o período em que o partido buscou sua demarcação na vida política do estado¹².

Paraná, em Londrina no dia 7 de setembro de 1980; e ainda o 2ª edição deste Encontro a se realizar em Maringá no dia 30 de novembro daquele mesmo ano (Salomão, 2010).

¹¹ Esta Comissão foi eleita no 2º Encontro Estadual realizado em Maringá no final de 1980, cuja composição se deu da seguinte forma: Presidente – Manoel Izaias de Santana (operário); 1º Vice-presidente – Ivo Pugnaroni (engenheiro); 2º Vice-presidente – Vander Rodrigues (professor); Secretário-Geral – Edésio Passos (advogado); 1º Secretário – Vitório Sorotiuk (pesquisador) e Tesoureira – Eliane Nazareth de Oliveira (assistente social).

¹² Ao analisar a trajetória político-organizativa do PT-RJ Socorro Braga faz destaque a três “momentos cruciais”. O primeiro que se refere a inserção do partido nas lutas sociais do estado e seu esforço por demarcar terreno na vida política. O segundo, entre 1987 e 1991, em que identifica uma “mudança de estratégia eleitoral e atuação político institucional”. E por fim, o desafio do PT-RJ em aprofundar “sua

3.2. *A aproximação com as bases e o desafio eleitoral*

No início do ano eleitoral de 1982 o partido contava com 73 diretórios municipais e quase 13 mil filiados. Pouco antes da eleição que aconteceria em 15 de novembro, este número saltaria para 85 DMs que atingiam em tese 53% do eleitorado.

No entanto os resultados das urnas não se apresentaram como o esperado. Edéssio Passos, que era candidato do PT ao governo, obteve 0,38% dos votos e Manoel Izaias de Santana, nome ao senado, apenas 0,37%. No geral o partido não atingiu em números de votos o equivalente ao número de filiados, sendo que em alguns municípios, mesmo com candidatura do PT, não obteve nenhum voto. Alguns “constrangimentos” podem nos ajudar a pensar o insucesso eleitoral naquele momento.

O primeiro deles decorre do fato de que, como já vimos a maioria dos filiados até então não possuíam qualquer identificação partidária com o PT e pouco ou nada compreendiam o que o partido representava naquele momento. O segundo e não menos importante fator é que a condição de opressão naquele contexto estava fortemente vinculada ao regime militar e os votos se direcionaram ao partido que melhor soube apresentar propostas de oposição direta à ditadura – o PMDB, que elegeu José Richa ao governo e Álvaro Dias ao senado.

Em decorrência disso, o terceiro aspecto que não se apresentou favorável ao desempenho eleitoral do PT-PR foi o caráter muito amplo e genérico de seu Plano de Governo que, como resume Salomão, mostrava

“que o PT queria fazer da sua campanha um grande palanque para divulgação de suas posições. O plano defendia alterações profundas na estrutura econômica e política, defendia um posicionamento sobre os grandes temas nacionais a partir da perspectiva ‘daqueles que constroem a Nação’ e, nas relações internacionais, pregava a autodeterminação dos povos e a solidariedade para com os oprimidos” (op cit, p. 66)

Nos anos que se seguiram o partido tratou de tomar medidas que saldasse mais positivamente as próximas eleições e fizesse valer o projeto fundacional, que na verdade não se apresentava muito claro. Foi assim que já em janeiro de 1983, sob auxílio dos

imagem perante a opinião pública”. No nosso caso, tomaremos como demarcação da análise do PT-PR apenas o primeiro momento devido ao fato de que não possuímos ainda elementos que nos permitam analisar a trajetória do PT no Paraná por completo.

dirigentes nacionais Olívio Dutra e Francisco Weffort algumas deliberações foram tomadas:

- “_ reorganização partidária;
- _ implantação no meio sindical e popular;
- _ travar lutas democráticas, inclusive eleitoral, do ponto de vista do trabalhador;
- _ linha política classista, baseada no trinômio trabalho, terra e liberdade;
- _ luta por eleições diretas para prefeito em Curitiba e municípios de segurança nacional” (Salomão, p. 75).

Definidas as bases de ação e as delimitações de sua linha política, outro fator auxiliou na recomposição do partido no estado – porém, este já era um movimento que se via em todo o país. Tratou-se do Manifesto 113, pelo qual um grande número de militantes, em sua maioria “independente” de correntes internas ou filiações externas, buscava propor uma linha política autônoma ao partido.

No Paraná, porém, mais algumas especificidades marcaram este momento. Neste primeiro instante a Igreja estava no campo oposto aos 113, e integravam um “contra”-Manifesto dos 48 que, era composto pelo PCBR-MEP-PRC, além das CEBs.

No entanto a mais importante das ações que se deu foi o cumprimento daquelas deliberações no que diz respeito à aproximação com os movimentos populares e a inserção do partido nas lutas sociais do estado, de modo a criar uma identificação daquela população com suas propostas (ou procurar extrair daquelas lutas suas propostas) com vistas a ampliar de fato suas bases e criar condições favoráveis às disputas eleitorais futuras.

Como já dissemos o Paraná já possuía no final dos anos 70 certa estrutura sindical estabelecida, em especial com os trabalhadores do campo; servidores públicos, como os professores; e trabalhadores urbanos ligados à construção civil. A luta pela construção da oposição sindical e construção da CUT-PR – a qual o PT esteve fortemente ligado – congregou, portanto estes setores.

Além disso, o processo de reestruturação econômica do estado, descrita acima, intensificou a luta pela terra no estado que foi marcada não só pela desintegração das pequenas propriedades devido à modernização da lavoura, mas também pela construção da usina de Itaipu, no final dos anos 70, que expulsou de suas terras centenas de famílias. O Paraná foi, portanto, o berço de um dos mais importantes movimentos populares do país –

o Movimento dos Sem Terra (MST), que teve sua construção iniciada no Oeste, Centro e Sudoeste do estado no ano de 1984.

Dentre os anos de 1984 e 1986 houve uma entrada massiva destes trabalhadores ao PT, o que segundo Salomão (p. 94 – 95) “foi um momento decisivo para a construção do PT no Paraná”. Além desses movimentos, o PT intensificou sua atuação também junto aos movimentos populares por moradia e movimento estudantil.

Como podemos perceber o PT-PR não esteve ligado fortemente aos movimentos sociais desde a sua fundação. Este vínculo foi sendo criado a partir do insucesso eleitoral de 1982 com vistas a fortalecer suas bases.

Por isso o já conhecido constrangimento externo do partido voltava a ter peso ao se aproximarem as eleições municipais de 1985. O dilema que se apresentava era o seguinte: o PMDB era visto no estado como o maior opositor ao Regime Militar e lançara à prefeitura da capital um candidato com bases fincadas na esquerda e nos movimentos sociais. Apoiar ou não Roberto Requião?

Ainda que uma ala formada pelo MEP e PCBR propusesse o contrário, o PT-PR decidiu por lançar candidatura própria a prefeitura de Curitiba, com o advogado trabalhista Edésio Passos, que fora militante da Ação Popular e da Ação Popular Marxista-Leninista. Nesta eleição o PT teve um razoável aumento nos votos, mas não conseguiu eleger nenhum prefeito no estado.

No ano seguinte a nova direção – sob comando agora da Articulação que passou a contar com o apoio da Igreja – tinha como meta a expansão do partido para um bom desempenho eleitoral nas eleições majoritárias daquele ano¹³. Os novos números foram expressivamente mais significativos, mas suficientes somente para eleger um deputado à Assembleia Legislativa. Mais uma vez o PMDB manteve o protagonismo nas urnas, elegendo agora Álvaro Dias ao governo e José Richa ao senado.

¹³ Dentre as metas cita-se: “1) plano de expansão, com meta de até o final de 1986 de 100 diretórios municipais legalizados e 25 mil filiados em todo estado (o PT tinha na época cerca de 16 mil filiados e 80 diretórios); 2) formar as secretarias estaduais de Movimentos Populares, Relações Internacionais; Sindical, Estudantil, Formação Política, Imprensa e Propaganda e Política Agrária”; dentre outras

Um maior sucesso eleitoral do PT-PR só veio nas eleições municipais de 1988, quando o partido elegeu prefeitos em dois municípios¹⁴ e também 32 vereadores em diferentes regiões.

“dos 32 vereadores eleitos, 16 eram agricultores rurais, a maioria no Sudoeste, Oeste e Sul. Nas regiões de Curitiba e Londrina, só as cidades-póo elegeram vereadores. (...) A distribuição dos eleitos pelas regiões também indicava a força dos trabalhadores rurais na composição do PT: as regiões Oeste, Sudoeste e Sul elegeram 17 vereadores, mais da metade do total” (Salomão, id, p. 142)

É bem certo, como podemos perceber na tabela abaixo que o PT-PR passou a se fazer presente cada vez mais nas prefeituras e câmaras municipais do estado (Tabela 1), no entanto, tais vitórias não se reverteram necessariamente em sucesso significativo no desempenho eleitoral majoritário.

Tabela 1. Desempenho Eleitoral do PT-PR nas prefeituras e câmaras municipais do estado

Ano ¹	Prefeitos			Vereadores		
	Votos Nominais	% Válidos	Eleitos	Votos Nominais	% Válidos	Eleitos
1996	253.759	5,419	6	249.596	5,65	115
2000	641.751	12,603	10	375.416	7,20	148
2004	845.464	15,017	29	566.183	9,91	255
2008	660.028	*3	32 ²	491.529	*3	295

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). 1) os dados referentes às eleições anteriores a 1996 não constam no site do TSE; 2) o mapeamento destas prefeituras constam mais adiante na Figura 1. 3) o TSE não disponibilizou a porcentagem de votos válidos para este ano.

O que se percebe é que o otimismo relativo às vitórias locais em 1988 motivou o partido para as primeiras eleições diretas a presidente, em 1989. Tanto é que o Paraná foi palco de inúmeros comícios no primeiro turno. Não nos cabe aqui reconstruir as circunstâncias que regeram as eleições e levaram a disputa para o segundo turno. Citamos apenas que o desempenho de Lula no Paraná foi bem inferior ao de Collor. Enquanto o candidato surpresa do PRN obteve 1.738.065 (38,5%) dos votos do estado, o petista não chegou aos 354 mil, com cerca de 7,8% dos votos.

Após intensa campanha pelo estado durante o segundo turno com o apoio de Roberto Requião (PMDB) e alguns “admiradores de Brizola, principalmente no Oeste e no

¹⁴ Foram eles: São João do Triunfo, no sul, e Salto do Lontra, no Sudoeste.

Sudeste”, o empenho não surtiu resultado muito satisfatório. No Paraná Collor (63,6%) ganhou com mais do dobro de votos validos em relação a Lula (30,9%).

Nas eleições estaduais no ano seguinte a coligação que formou a Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B) no ano anterior se desfez no Paraná e o PCdoB preferiu apoiar o PMDB de Requião ao governo. Nesta conta, o saldo foi a eleição dos primeiros três deputados federais do PT pelo Paraná e três deputados estaduais, número que manteve-se relativamente estável e com pouca variação nos pleitos seguintes, com destaque para o ano de 2002, como pode-se perceber na tabela 2. A situação eleitoral para senadores no estado verte-se no mesmo sentido (Tabela 3)

Tabela 2. Desempenho eleitoral do PT-PR nas eleições para deputado (1994-2010)

Ano	Deputados Estaduais			Deputados Federais		
	Votos Nominais	% Válidos	Eleitos	Votos Nominais	% Válidos	Eleitos
1994	102.091	3,19	4	118.162	4,23	3
1998	340.989	8,291	4	295.895	9,438	3
2002	849.576	-	8	914.161	-	5
2006	542.578	10,014	6	737.134	13,741	4
2010	626.155	-	6	700.187	-	5

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Tabela 3. Desempenho eleitoral do PT-PR nas eleições para senador (1994-2010)

Ano	Votos Nominais	% Válidos	Situação
1994	317.764	-	Não Eleito
1998	977.279	10,952	Não Eleito
2002	1.995.730	21,608	Eleito
2006	2.299.088	45,141	Não Eleito
2010	3.196.468	-	Eleito

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Para o governo o segundo turno de 1990 foi disputado por Martinez (PRN) e Requião (PMDB). O PT, neste momento decidiu por não apoiar nenhum candidato. Requião venceu as eleições com 44,30%.

Os anos que se seguiram após os anos 90 não representaram muito avanço ao sucesso do PT-PR, ao menos no que diz respeito às eleições ao governo e à contribuição do estado para as eleições à presidência. Nas três eleições (1994, 2002 e 2006) que disputou o

governo do estado com candidatura própria, o partido não obteve mais que o terceiro lugar (Tabela 4).

Tabela 4. Votação do PT-PR nas candidaturas próprias para o Governo do estado

Ano	Votos Nominais	% Válidos
1994	159.221	4,22
2002	842.399	16,40
2006	506.825	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Nos outros dois pleitos – na chapa de Roberto Requião (PMDB) e de Osmar dias (PDT), em 1998 e 2010, respectivamente – o partido também não obteve êxito. Como pode-se notar pelos dados da tabela 5, os resultados nacionais, do mesmo modo, não mostram indícios de vitória no estado – a não ser em 2002, quando Lula chegou à Presidência.

Tabela 5. Desempenho Eleitoral do PT-PR para as eleições presidenciais

Ano	Turno	Votação	% Válidos
1994	-	898.231	22,75
1998	1º	1.168.853	27,78
	-	-	-
2002	1º	2.540.328	50,13
	2º	2.929.427	59,22
2006	1º	2.111.589	37,90
	2º	2.663.423	49,25
2010	1º	2.311.239	38,95
	2º	2.593.086	44,56

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

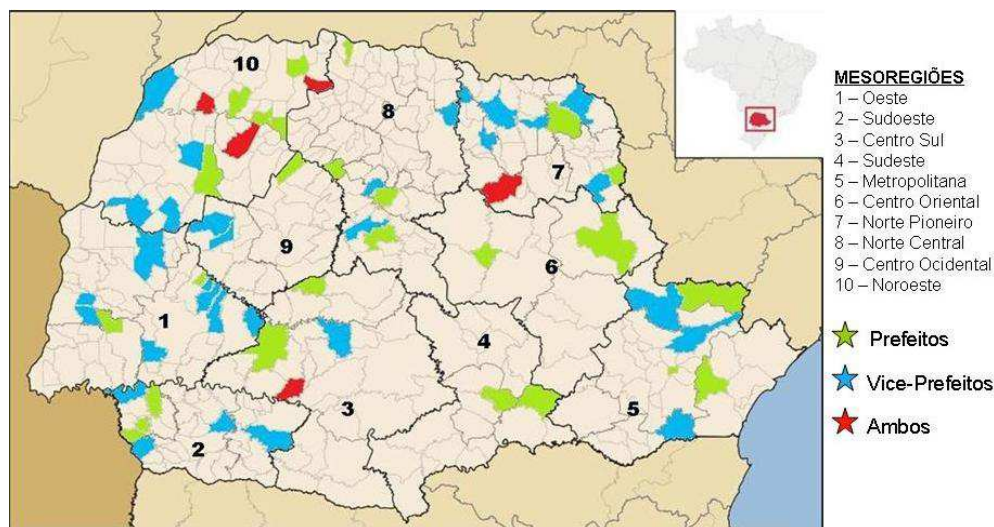
Bonette (2006:183) afirma, por exemplo, que o desempenho eleitoral de Lula no estado depende, dentre outros fatores, “de como o candidato posicionou-se no eixo socioeconômico local” e “das propostas do partido (interesses sociais defendidos em favor dos mais pobres contra os mais ricos ou vice-versa)”. Isso poderia justificar o baixo

desempenho do partido, sobretudo nas principais regiões eleitorais – centro norte e oeste¹⁵ – do estado, já que o estudo realizado por Omar Barros (2010) aponta que entre 1998 e 2006 os votos do PT para eleições majoritárias se concentraram sobre tudo nas regiões Sudoeste, Centro Sul e Sudeste.

No mesmo tocante, dados mais recentes sobre a atuação do partido mostram o quanto seu desempenho eleitoral ainda continua aquém daquele pretendido pelo PT enquanto ampliação eleitoral.

No ano de 2008 o PT-PR contava com diretórios em 98% dos municípios do Paraná. No pleito eleitoral a nível local que ocorreu neste ano o partido conseguiu adentrar a 63 prefeituras dos 399 municípios do estado. Como pode ser observado na figura abaixo, dentre elas 26 foram prefeitos; 32 vice-prefeitos e em cinco delas tanto o prefeito como o vice eram do partido.

Figura 1. Distribuições geográfica dos prefeitos eleitos pelo PT-PR nas eleições de 2008



Fonte: elaboração própria a partir de informações constantes no site do PT-PR (www.pt-pr.org.br)

Apesar do aparente bom resultado nas eleições municipais, e uma relativa dispersão geográfica das prefeituras petistas, o reflexo desta abrangência local não se refletiu nas eleições majoritárias de 2010. A candidata petista Dilma Rousseff perdeu a eleição no

¹⁵ Para além da Região Metropolitana de Curitiba, são estas as regiões que compõem os maiores colégios eleitorais do estado devido ao número de habitantes, segundo a divisão por Mesorregiões do IBGE.

estado nos dois turnos (Tabela 3, acima), sendo que só conseguiu vencer o tucano José Serra em três das 10 regiões destacadas acima. São elas: Oeste, Sudoeste e Centro-Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dissemos, o esforço maior deste artigo foi o de reconstruir minimamente a trajetória político-institucional do PT no Paraná afim de esclarecer aspectos que nos ajudem a pensar e subsidiar as análises posteriores acerca dos valores políticos dos seus dirigentes.

Não podemos negar que de alguma forma o Partido dos Trabalhadores no Paraná se encontra institucionalizado, nos termos de Panebianco, uma vez que desde sua fundação tem tomado decisões e medidas que favorecem a sobrevivência do partido frente às condições ambientais que encontra. Tendo inclusive buscado ao longo de sua história estratégias contextuais para tal adaptação. Uma vez que, como tentou-se demonstrar aqui, em linhas gerais, três aspectos marcam a trajetória do PT-PR de modo a tornar seu processo de institucionalização relativamente diferente daquele sob o qual o PT do ABCD se viu estabelecer.

O primeiro deles tem a ver com os grupos de sua composição originária que ao contrário do que se viu em São Paulo, o PT-PR contou com um sindicalismo dos setores agrários devido ao histórico de desenvolvimento econômico do estado que não se deu via industrialização. Além disso, a disputa pelo reconhecimento e identificação da população com o partido enquanto um representante da esquerda, frente a atuação do PMBD – e a figura de Roberto Requião – conferiu ao partido no Paraná dificuldades para constituir suas bases e travar um diálogo mais estreito com os movimentos sociais desde a fundação, o que veio a refletir significativamente no seu desempenho eleitoral aos longo dos anos.

Frente a isto, os questionamentos que propomos investigar com mais fôlego é o que compõe os valores dos dirigentes, uma vez que para o autor supracitado são aqueles que tomam decisões e conduzem a institucionalização do partido. Panebianco (1995, p. 115) afirma:

“Em la fase de gestación, cuando la organización está todavía en construcción, los líderes, sean carismáticos o no, desempeñan un papel crucial. En primer lugar

las metas ideológicas del futuro partido, seleccionan la base social de la organización (...) En esta fase el problema de los líderes, de los empresarios políticos, es el de elegir los *valores-clave* y crear una estructura social que los incorpore” [grifos nossos]

Mesmo que o autor ressalte que as peculiaridades “del período de formación de um partido, los rasgos em que se refleja su gestación, pueden, em efecto, ejercer su influencia sobre las características organizativas de aquél incluso a decenios de distancia”, admite también que o partido é “una estructura em movimiento que evoluciona, que se modifica a lo largo del tiempo y reacciona a los câmbios exteriores, al cambio de los ‘ambientes’ en que opera y em los que se halla inserto” (Idem, p. 107-109).

O foco proposto a partir daqui não é compreender como pode ter se dado tais mudanças. Ou melhor, as mudanças quanto aos valores. Entendemos que, as questões chave – originárias – ainda existem, mesmo que outras tenham sido introduzidas ao longo da história do partido. Por isso buscamos questionar, então, quais as opiniões que os dirigentes do PT-PR possuem frente a estas questões no momento atual, após a institucionalização do partido e depois de tantos momentos marcantes pra isso, que inclui a chegada ao poder do Executivo Nacional.

O propósito que se abre é o de identificar quais são os valores – opiniões e avaliações – dos dirigentes do PT-PR diante das questões que sempre estiveram postas no debate interno do partido de modo geral – como a relação entre institucionalidade e movimientos sociais; a relação entre democracia e socialismo; as noções de democracia interna, que inclui a questão da paridade de gênero; a função história co partido; etc.

Tendo em vista as especificidades aqui descritas a cerca da institucionalização do PT no Paraná, partimos do pressuposto que estes valores, ou a opinião dos dirigentes quanto a estas questões, podem também apresentar peculiaridades em relação ao que se apresenta no PT *geral*.

REFERÊNCIAS

AMARAL, O. M. E. 2010. As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009. Campinas. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas.

BARROS, O. 2010. Eleições Majoritáriasno Paraná: período 1998 – 2006. Disponível em: < http://www.geo.uel.br/didatico/omar/modulo_b/a3.pdf > Acesso em 20 de março de 2012.

BRAGA, M.S.S. 1997. Origem e trajetória do PT fluminense (1982-1994), Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRAGA, M.S.S. 2009. Partido dos Trabalhadores; condições de origem e variações estaduais. . In: ANGELO, V.A e VILLA, M.A. (org.), *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980 – 2006): uma história revisada*. São Carlos: EdUFSCar.

BONETTE, L.M.C. 2006. Geografia do voto de esquerda no Paraná: uma análise do desempenho eleitoral do PT nas eleições presidenciais (1989 – 2002). In: CODATO, A. N. e SANTOS, F. J. (orgs). 2006. *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

BORGES, A. A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão. 1998. Dissertação (mestrado) – Programa de pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CANO, W. (1998) Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970-95. In: *Economia e sociedade*. Campinas, n. 8, 1998, p. 101-142.

CARDOSO, Fernando Henrique e LAMOUNIER, Bolívar (orgs.). (1975), *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra / CEBRAP.

DUVERGER, M. (1980), *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília, Editora da UnB.

EPSTEIN, L. (1982). *Political Parties in Western Democracies*. 2 ed. New Brunswick/London: Transaction Book.

FELTRAN, G. de S. 2006. Deslocamentos – trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. In: DAGNINO, E., OLVERA, A. J. e PANFICHINI, A.

(orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

HARNECKER, Marta. (1995), *El sueño era posible*. Santiago, LOM Ediciones.

HOPKIN, J. 2009. *Party Matters Devolution and Party Politics in Britain and Spain*. PARTY POLITICS VOL 15. No.2 pp. 179–198

HOPKIN, J. e HOUTEN, van P. (2009). *Decentralization and State-Wide Parties: Introduction* PARTY POLITICS Vol. 15. No.2 pp. 131–135

HUNTER, W. (2010) *The Transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989-2009* (Cambridge: Cambridge University Press).

KINZO, Maria D'Alva. (1988), *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966/1979*. São Paulo, Vértice.

LAMOUNIER, Bolivar (org.). (1980), *voto de desconfiança*. Petrópolis/Vozes, S. Paulo/Cebrap.

MAGALHÃES, F.B.B. O novo perfil econômico do Paraná. Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, v.21; n. 3, p.31-52, novembro, 1993.

MENEGUELO, R. (1987). *PT: Inovação do sistema partidário brasileiro. Estudo da Formação e Organização do Partido dos Trabalhadores e sua participação nas eleições de 1982 em São Paulo*. Campinas. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas.

_____ (1998). *Partidos e governos no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra.

MICHELS, R. (1982), *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Editora da UnB.

PADIS, P. C. (1981) *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. Curitiba: HUCITEC.

PANEBIANCO, A. (1995), *Modelos de Partidos: organización y poder en los partidos políticos*. Madri, Alianza Editorial.

PETIT, Pere. **A Esperança Equilibrista: A Trajetória do PT no Pará**. São Paulo: Boitempo, 1996.

RIBEIRO, P. F. 2008. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos. Tese de doutorado – Universidade Federal de São Carlos.

_____. 2009. O PT, o Estado e a sociedade. In: ANGELO, V.A e VILLA, M.A. (orgs.), *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980 – 2006): uma história revisitada*. São Carlos: EdUFSCar.

SALOMÃO, E. R. (2010), *Os Anos Heroicos: o Partido dos Trabalhadores do Paraná do nascimento até 1990*.

SAMUELS, David. From Socialism to Social Democracy: Party Organization and the Transformation of the Workers' Party in Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 37, n. 9, p. 999-1024, 2004.

_____. Brazilian Democracy under Lula and the PT. In: DOMINGUEZ, Jorge; SHIFTER, Michael (Ed.). **Constructing Democratic Governance in Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008a.

_____. A evolução do petismo (2002-2008). **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 302-318, nov., 2008b.

_____ e ZUCCO, C. The Roots of Petismo, 1989-2010. In: *2010 Meeting of the American Political Science Association (Apsa)*, Washington, 2010. p. 1-34.

SARTORI, G. (1982), *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro, Zahar; Brasília, Editora da UnB.

THORLAKSON, L. 2009. *Patterns of party integration, Influence and autonomy in seven federations*. PARTY POLITICS VOL 15. No.2 pp. 157–177

TRINTIN, J. G. (2011) História e desenvolvimento da economia paranaense: da década de Trinta a meados dos anos noventa do século XX. Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee//jornadas/2/e6-04.pdf>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2012.